

# **São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Demonstrações Contábeis Regulatórias Referentes  
ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016  
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da  
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## Outros assuntos

### *Demonstrações financeiras societárias*

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2017.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.162	430
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	380	483
Impostos e contribuições sociais		413	785
Outras contas a receber		16	49
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.971</b>	<b>1.747</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Imobilizado	6	28.566	29.522
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>28.566</b>	<b>29.522</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>30.537</b>	<b>31.269</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		162	1.438
Empréstimos e financiamentos	8	2.462	2.465
Impostos e contribuições sociais		723	449
Taxas regulamentares		76	46
Dividendos a pagar	11	1.988	915
Outras contas a pagar	7	68	59
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>5.479</b>	<b>5.372</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	8	12.232	14.679
Outras contas a pagar		3	6
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>12.235</b>	<b>14.685</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		10.457	9.457
Reserva de lucros		5.991	2.546
Prejuízos acumulados		(3.625)	(791)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	10	<b>12.823</b>	<b>11.212</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>30.537</b>	<b>31.269</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		4.998	4.588
Parcela variável		(60)	(79)
<b>Receita bruta</b>		<b>4.938</b>	<b>4.509</b>
PIS e COFINS		(180)	(165)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(224)	(105)
Tributos e encargos		<b>(404)</b>	<b>(270)</b>
<b>Receita Líquida</b>	15	<b>4.534</b>	<b>4.239</b>
Serviços de terceiros	16	(593)	(514)
Depreciação e amortização		(897)	(903)
Outros custos operacionais		18	36
Custos operacionais		<b>(1.472)</b>	<b>(1.381)</b>
Serviços de terceiros	16	(472)	(466)
Outras despesas operacionais, líquidas		(68)	(64)
Despesas operacionais		(540)	(530)
<b>Resultado da atividade</b>		<b>2.522</b>	<b>2.328</b>
Receitas financeiras		126	52
Despesas financeiras		(402)	(465)
Despesas financeiras líquidas	17	<b>(276)</b>	<b>(413)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>2.246</b>	<b>1.915</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(562)	(493)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.684</b>	<b>1.422</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	14	<u>0,16770</u>	<u>0,15036</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.684</b>	<b>1.422</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>1.684</b>	<b>1.422</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)</b>		<b>9.457</b>	-	-	<b>1.248</b>	<b>10.705</b>
Lucro líquido do exercício		-			1.422	1.422
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	193	-	(193)	
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(915)	(915)
Reserva especial		-	-	2.353	(2.353)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	10	<b>9.457</b>	<b>193</b>	<b>2.353</b>	<b>(791)</b>	<b>11.212</b>
Aumento de capital - AGE de 23 de maio de 2016		1.000	-	-	-	1.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.684	1.684
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	226	-	(226)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(1.073)	(1.073)
Reserva especial		-	-	3.219	(3.219)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	10	<b>10.457</b>	<b>419</b>	<b>5.572</b>	<b>(3.625)</b>	<b>12.823</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		1.684	1.422
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		897	903
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	8	405	465
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	562	493
Provisão para Parcela Variável		55	48
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no contas a receber de concessionárias e permissionárias		48	(62)
Redução no saldo de imposto e contribuição sociais ativo, líquido do passivo		84	134
Redução (aumento) no saldo de outras contas a receber		33	(38)
(Redução) no saldo de fornecedores		(1.217)	(1.482)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		30	29
Aumento no saldo de outras contas a pagar		6	26
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>2.587</b>	<b>1.938</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(816)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>2.587</b>	<b>1.122</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições/baixas no imobilizado e intangível		-	1.064
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>		<b>-</b>	<b>1.064</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(2.446)	(2.446)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(409)	(590)
Integralização de capital	10	1.000	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(1.855)</b>	<b>(3.036)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>732</b>	<b>(850)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	430	1.280
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.162	430
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>732</b>	<b>(850)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. Informações gerais**

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada São Gotardo - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 005/2012, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia foi constituída em 12 de junho de 2012 e assinou em 27 de agosto de 2012, com a ANEEL, o Contrato de Concessão nº 024/2012 para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão pelo prazo de 30 anos. De acordo com o contrato de concessão assinado entre a Companhia e a ANEEL, a data prevista para a energização do empreendimento era 28 de fevereiro de 2014, porém, a Companhia iniciou suas operações em 19 de março de 2014 e a ANEEL foi devidamente informada sobre a postergação da data de entrada em operação do empreendimento.

Devido ao atraso na entrada em operação comercial foi aplicada pela Companhia uma penalidade à Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), cujo aceite ocorreu no início de 2015, quando foi reconhecido o valor de R\$2.047 como redutor do seu ativo financeiro de concessão.

Apesar de encontrar-se em operação comercial desde 19 de março de 2014, conforme anuência da ANEEL, a Companhia revisou as estimativas correntes das receitas e custos de construção no início de 2015, realizando a reversão dos custos de construção relacionados a materiais adquiridos e destinados a manutenção futura da linha de transmissão, bem como constituiu uma provisão para custos adicionais a serem incorridos para instalação de um transformador, o que ocasionou uma redução líquida adicional no ativo financeiro de concessão de R\$193.

A SGT é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.508 (R\$3.625 em 31 de dezembro de 2015), no entanto, com base na receita anual permitida a ser recebida nos próximos 12 meses, os recursos serão suficientes para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 28 de abril de 2017.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 19.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **2.1 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários, jurisdições em que a Companhia atua, e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais, considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

c) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

## **2.4 Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade de nos, assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

#### **3.1. Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

#### **3.2. Redução ao valor recuperável ("*Impairment*")**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("*Impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados).

#### **3.3. Reconhecimento de receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa, de inteira responsabilidade do ONS.

#### **3.4. Instrumentos financeiros**

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Não há o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ocorre a transferência dos direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial

(i) Capital social - ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável nos ativos financeiros, quando aplicável.

### **3.6. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

### **3.7. Lucro por ação**

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### **3.8. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")**

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

### **3.9. Normas e interpretações novas e revisadas**

3.9.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2016<sup>(a)</sup>, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

(a) IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas - também passou a ter sua vigência efetiva para entidades que adotaram as IFRS em suas demonstrações financeiras para exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2016, ou depois. No entanto, essa IFRS não é aplicável para a Companhia por não ser o primeiro ano de adoção das IFRS.

**3.9.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016**

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture".
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (b).
- Modificações à IAS 40 - Transferências de propriedades de investimento (b).
- Modificações à IFRS 1 e IAS 28 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (b).
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018; e
- (c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2016. Não são esperadas modificações significativas nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia quando da adoção das normas novas e revisadas.

Até a data destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às IFRS novas e revisadas acima mencionadas.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	9	76
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (a)	1.153	354
	<b>1.162</b>	<b>430</b>

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a taxa média de rentabilidade era de 98,9% do CDI (96,2% do CDI 31 de dezembro de 2015) para CDBs e operações compromissadas, classificadas como equivalentes de caixa.

**5. Contas a receber de concessionárias e permissionárias**

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes						31/12/2016	31/12/2015
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	435	-	-	-	-	-	435	483

  

	31/12/2016	31/12/2015
Concessionários e permissionários	435	483
Parcela variável (*)	(55)	-
<b>Circulante</b>	<b>380</b>	<b>483</b>

(\*) Refere-se à parcela variável decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia nos exercícios de 2015 e 2016, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

**Principais características dos contratos de concessão:**

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado anualmente e revisado a cada cinco anos.

Parcela variável: A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
 ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, mediante requerimento da Companhia.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016				Ciclo 2014-2015		
Resolução 2.098 de 23/06/2015 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Resolução 1.918 de 23/06/2015 Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016				Resolução 1.756 de 24/06/2014 Período: de 01/07/2014 a 30/06/2015		
Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	
5.023	25	5.048	4.595	217	4.812	4.236	46	4.282	

Total da RAP	Rede Básica	Rede Básica Fronteira	DIT Exclusivo
Receita básica licitada - RBL	X	X	-
Receita Novas Instalações - RBNI / RCDM	-	X	X
PA-Apuração - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2016-2017/2015-2016/2014-2015)			

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**6. Imobilizado**

Imobilizado	Valor Bruto em 2015	Reclassificação (*)	Valor Bruto em 2016	Depreciação Acumulada 2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo Imobilizado em Serviço - Transmissão</b>						
<u>Transmissão</u>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.030		1.030	(92)	938	973
Máquinas e Equipamentos	28.275	-	28.275	(2.298)	25.977	26.839
	<b>29.305</b>	<b>-</b>	<b>29.305</b>	<b>(2.390)</b>	<b>26.915</b>	<b>27.812</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - Transmissão</b>						
<u>Transmissão</u>						
Máquinas e equipamentos	1.038	(59)	979	-	979	1.038
Material em Depósito	672	-	672	-	672	672
	1.710	(59)	1.651	-	1.651	1.710
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>31.015</b>	<b>(59)</b>	<b>30.956</b>	<b>(2.390)</b>	<b>28.566</b>	<b>29.522</b>

(\*) Reclassificação ocorrida no exercício de 2016, reduzindo a rubrica de imobilizado em curso referente a baixa de uma provisão para fornecedor reconhecida em 2015 e, conseqüentemente, sem efeito caixa.

	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	31/12/2016		31/12/2015	
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço - Transmissão</b>					
Custo histórico	3,06%	29.305	(2.390)	26.915	27.812
<b>Em curso - Transmissão</b>					
Custo histórico	n/a	1.651	-	1.651	1.710
<b>Total do imobilizado</b>		<b>30.956</b>	<b>(2.390)</b>	<b>28.566</b>	<b>29.522</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**7. Partes relacionadas**

I - As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus acionistas e empresas ligadas, cujos saldos estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar" e "contas a receber de concessionárias e permissionárias".

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
	Grupos nas demonstrações contábeis regulatórias, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes	
<b>Transações com empresas ligadas</b>							
1	Contas a receber de concessionárias e permissionárias x Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	mar/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.	
R E F	Contratos e outras transações			Ativo		Receita	
				31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
1	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)			72	69	855	794

(\*) Saldo existente de R\$72 em 31 de dezembro de 2016 (R\$69 em 31 de dezembro de 2015), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Contas a receber de concessionárias e permissionárias".

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações contábeis regulatórias, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
<b>Transações com controladores</b>						
1	Outras contas a pagar x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x SGT	R\$198 parcela única e R\$19 Valor mensal	set/2014 a set/2018	Multa de 2% a.m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Em 23 de junho de 2014 a Companhia pagou R\$198 referentes ao ressarcimento dos custos incorridos na fase de implantação, previstos na cláusula 20ª do contrato, acrescidos de atualização monetária.
<b>Transações com empresas ligadas</b>						
2	Outras contas a pagar x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de fev/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
3	Outras contas a pagar x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	jul/2014 a jul/2018	Juros efetivos de mora de 1% a.m. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	A contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	Esse contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data da operação comercial.
4	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Outros serviços - SGT x CEMIG GT	R\$37 Valor total do serviço	Mês de dez/2015	n/a	n/a	Serviço relacionado a substituição dos transformadores de correntes do vão IP4 na Subestação São Gotardo 2.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
1	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	23	21	260	238
2	CCI - SGT x CEMIG GT	3	3	42	37
3	O&M - SGT x CEMIG GT	38	35	562	472
4	Outros serviços - SGT x CEMIG GT	-	-	-	37
		<b>64</b>	<b>59</b>	<b>864</b>	<b>784</b>

c) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 8. Empréstimos e financiamentos

### Abertura do endividamento

Financiador - Moeda nacional	Captação					Parcelas a vencer	Encargos financeiros anuais
	Data de assinatura/ emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final		
BNDES - FINAME	04/12/2012	CCB - subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022	72	Taxa fixa de 2,5% a.a.

Instituição / Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
<b>Moeda Nacional</b>									
BNDES - FINAME	15	2.447	12.232	14.694	16/01/2017	Mensal	16/01/17	Mensal	SAC
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>2.447</b>	<b>12.232</b>	<b>14.694</b>					

Financiador Moeda nacional	2015	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	2016
BNDES - FINAME	17.144	405	(409)	(2.446)	14.694

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo	2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total
<b>Moeda Nacional</b>							
BNDES - FINAME	2.462	2.446	2.446	2.446	2.447	2.447	14.694
<b>Total das dívidas</b>	<b>2.462</b>	<b>2.446</b>	<b>2.446</b>	<b>2.446</b>	<b>2.447</b>	<b>2.447</b>	<b>14.694</b>

A TAESA é avalista da Companhia no empréstimo com o BNDES.

### Abertura dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	9	76
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1.153	354
	<b>1.162</b>	<b>430</b>

Outras informações sobre caixa e equivalentes de caixa podem ser consultadas na nota explicativa nº 4.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Composição do endividamento e dívida líquida**

Resumo	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	31/12/2016	31/12/2015
<b>Dívida Bruta</b>					
Empréstimos e financiamentos (Moeda Nacional)	15	2.447	12.232	14.694	17.144
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	(1.162)	-	(1.162)	(430)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>15</b>	<b>1.285</b>	<b>12.232</b>	<b>13.532</b>	<b>16.714</b>

**9. Imposto de renda e contribuição social**

Correntes - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	31/12/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	4.938	4.938	4.509	4.509
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(1)	(1)	2	2
Provisão parcela variável	7	7	48	48
	4.943	4.943	4.559	4.559
Percentual	32%	32%	32%	32%
	1.582	1.582	1.459	1.459
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	73	73	50	50
Variações monetárias	68	68	15	15
	141	141	65	65
Base de cálculo	<b>1.723</b>	<b>1.723</b>	1.524	1.524
Imposto de renda - 15%	(258)		(229)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(149)		(128)	-
Contribuição social - 9%		(155)	-	(136)
Total de despesa	(407)	155	(357)	(136)
<b>Total de IR e CSLL</b>		<b>(562)</b>		<b>(493)</b>

Aprovação do REIDI - A Portaria MME nº 128, de 8 de outubro de 2012, aprovou o enquadramento do projeto de construção da subestação São Gotardo 2 no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, e sua habilitação por parte da Receita Federal do Brasil foi concedida através do Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19 de novembro de 2012.

**10. Patrimônio líquido**

Capital social - Em 31 de dezembro de 2016, o capital social era de R\$ 10.457, representados por 10.457.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2015, o capital social era de R\$9.457, representado por 9.457.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal).

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais. A Companhia é uma subsidiária integral da Taesa.

Data	Aprovação	Evento	Capital integralizado
31/05/2016	23/05/2016	Assembleia Geral Extraordinária	1.000

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Reserva de lucros

- Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva especial - constituída com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.
- Prejuízos acumulados - o saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

<b>Proposta de destinação do lucro societário do exercício</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Lucro líquido societário do exercício	4.518	3.853
Reserva legal (5% do lucro societário)	(226)	(193)
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro societário)	(1.073)	(915)
Compensação de prejuízo - Reservas de lucros (art. 189 Lei nº 6.404/76)	-	(392)
Reserva especial	(3.219)	(2.353)

**11. Dividendo a pagar**

<b>Dividendos a pagar</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>31/12/2016</b>
Taesa	<b>915</b>	<b>1.073</b>	<b>1.988</b>

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

**12. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e possui cobertura de seguros para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

<b>Apólices vigentes em 31/12/2016</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>LMI (a)</b>	<b>Danos Materiais - Valor em risco</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade Civil Geral - RCG	Tokio Marine	19/09/2016 a 19/09/2017	10.000	-	-
Risco Operacional - RO	Fator	18/11/2016 a 18/11/2017	-	13.849	85
D&O	Liberty Seguros	18/09/2016 a 18/09/2017	15.000	-	27

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### 13. Instrumentos financeiros

#### 13.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

#### 13.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.508 (R\$3.625 em 31 de dezembro de 2015), conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

#### 13.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e bancos	9	76
<i>Mensurados ao valor justo por meio de resultado</i>		
- Equivalentes de caixa	1.153	354
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Contas a receber de concessionários e permissionários	380	483
	<b>1.542</b>	<b>913</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	162	1.438
- Empréstimos e financiamentos	14.694	17.144
	<b>14.856</b>	<b>18.582</b>

#### 13.4. Risco de mercado

##### 13.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**13.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros**

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	<b>Cenário provável</b>	<b>31/12/2016</b>
CDI (a)	9,00%	14,00%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 03 de março de 2017 - Fonte externa independente.

<b>Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Efeito no LAIR - janeiro a dezembro de 2016 - aumento (redução) Provável</b>
<u>Ativos financeiros</u>		
Equivalentes de caixa - CDI	<b>1.153</b>	<b>(58)</b>

**13.5. Gestão de riscos de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com concessionários e permissionários e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**13.6. Gestão do risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Prefixada (BNDES-Finame)	236	465	2.085	10.532	2.480	<b>15.798</b>

### **13.7. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Mas, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**13.8. Valor justo dos instrumentos financeiros**

**13.8.1 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	Hierarquia do valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	4	1.153	354	Nível 2

Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo são definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Não houve mudança de nível para esse instrumento financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**13.8.2 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)**

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nesta demonstração contábil regulatória, se aproximam dos seus valores justos, uma vez que tem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias ou não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

**14. Resultado por ação**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	1.684	1.422
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	10.042	9.457
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,16770	0,15036

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo

**15. Receita líquida**

Composição da receita líquida	2016	2015
Disponibilização do sistema de transmissão	4.998	4.588
Parcela variável (a) e outras receitas	(60)	(79)
Receita bruta	4.938	4.509
PIS e COFINS	(180)	(165)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE (b)	(224)	(105)
Tributos e encargos	(404)	(270)
<b>Receita líquida</b>	<b>4.534</b>	<b>4.239</b>

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançada a provisão a débito da conta de receita dedução "Parcela Variável - Provisão" e a crédito da conta mercado interno - "Cliente ONS". Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV *programada* e/ou *não programada* e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

**16. Informação sobre a natureza de custos e despesas**

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: referem-se basicamente aos custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

**17. Receitas (despesas) financeiras**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Rendimentos de aplicação financeira	73	50
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	53	2
Receitas financeiras	126	52
Juros de empréstimos - BNDES	(402)	(465)
Despesas financeiras	(402)	(465)
	<b>(276)</b>	<b>(413)</b>

**18. Compromissos assumidos**

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. No projeto de construção da subestação de São Gotardo não foi necessária a emissão de licença ambiental específica, pois a área onde o ativo foi construído já está licenciada e, pelo mesmo motivo, não foi constituída provisão para gastos futuros de compensação ambiental.

O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA, construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões da Companhia, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental da Companhia, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**19. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhados a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		1.162	-	1.162	430	-	430
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		380	-	380	483	-	483
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	3.635	3.635	-	3.361	3.361
Impostos e contribuições sociais		413	-	413	785	-	785
Outras contas a receber		16	-	16	49	-	49
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.971</b>	<b>3.635</b>	<b>5.606</b>	<b>1.747</b>	<b>3.361</b>	<b>5.108</b>
<i>Ativos não circulantes</i>							
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	34.146	34.146	-	32.212	32.212
Imobilizado	(iv)	28.566	(28.566)	-	29.522	(29.522)	-
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>28.566</b>	<b>5.580</b>	<b>34.146</b>	<b>29.522</b>	<b>2.690</b>	<b>32.212</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>30.537</b>	<b>9.215</b>	<b>39.752</b>	<b>31.269</b>	<b>6.051</b>	<b>37.320</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivos</b>							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		162	-	162	1.438	-	1.438
Empréstimos e financiamentos		2.462	-	2.462	2.465	-	2.465
Impostos e contribuições sociais		723	-	723	449	-	449
Taxas regulamentares		76	-	76	46	-	46
Dividendos a pagar		1.988	-	1.988	915	-	915
Outras contas a pagar		68	-	68	59	-	59
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>5.479</b>	<b>-</b>	<b>5.479</b>	<b>5.372</b>	<b>-</b>	<b>5.372</b>
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		12.232	-	12.232	14.679	-	14.679
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	4.230	4.230	-	3.979	3.979
Tributos diferidos	(iii)	-	1.360	1.360	-	1.281	1.281
Outras contas a pagar		3	-	3	6	-	6
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>12.235</b>	<b>5.590</b>	<b>17.825</b>	<b>14.685</b>	<b>5.260</b>	<b>19.945</b>
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		10.457	-	10.457	9.457	-	9.457
Reserva de lucros		5.991	-	5.991	2.546	-	2.546
Lucros (Prejuízos) acumulados	(v)	(3.625)	3.625	-	(791)	791	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>12.823</b>	<b>3.625</b>	<b>16.448</b>	<b>11.212</b>	<b>791</b>	<b>12.003</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>30.537</b>	<b>9.215</b>	<b>39.752</b>	<b>31.269</b>	<b>6.051</b>	<b>37.320</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		4.998	(4.998)	-	4.588	(4.588)	-
Operação e manutenção		-	1.370	1.370	-	1.258	1.258
Construção e indenização		-	-	-	-	(2.240)	(2.240)
Remuneração do ativo financeiro		-	5.835	5.835	-	6.081	6.081
Parcela variável		(60)	-	(60)	(79)	-	(79)
<b>Receita bruta</b>	<b>(vi)</b>	<b>4.938</b>	<b>2.207</b>	<b>7.145</b>	<b>4.509</b>	<b>511</b>	<b>5.020</b>
PIS e COFINS		(180)	(79)	(259)	(165)	(26)	(191)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(224)	-	(224)	(105)	-	(105)
Tributos e encargos	<b>(vii)</b>	<b>(404)</b>	<b>(79)</b>	<b>(483)</b>	<b>(270)</b>	<b>(26)</b>	<b>(296)</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>4.534</b>	<b>2.128</b>	<b>6.662</b>	<b>4.239</b>	<b>485</b>	<b>4.724</b>
Material		-	60	60	-	1.064	1.064
Serviços de terceiros		(593)	-	(593)	(514)	-	(514)
Depreciação e amortização		(897)	897	-	(903)	903	-
Outros custos operacionais		18	-	18	36	-	36
Custos operacionais	<b>(viii)</b>	<b>(1.472)</b>	<b>957</b>	<b>(515)</b>	<b>(1.381)</b>	<b>1.967</b>	<b>586</b>
Serviços de terceiros		(472)	-	(472)	(466)	-	(466)
Outras despesas operacionais, líquidas		(68)	-	(68)	(64)	-	(64)
Despesas operacionais		(540)	-	(540)	(530)	-	(530)
<b>Resultado da atividade</b>		<b>2.522</b>	<b>3.085</b>	<b>5.607</b>	<b>2.328</b>	<b>2.452</b>	<b>4.780</b>
Receitas financeiras		126	-	126	52	-	52
Despesas financeiras		(402)	-	(402)	(465)	-	(465)
Despesas financeiras líquidas		(276)	-	(276)	(413)	-	(413)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>2.246</b>	<b>3.085</b>	<b>5.331</b>	<b>1.915</b>	<b>2.452</b>	<b>4.367</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>(ix)</b>	(562)	(251)	(813)	(493)	(21)	(514)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(x)</b>	<b>1.684</b>	<b>2.834</b>	<b>4.518</b>	<b>1.422</b>	<b>2.431</b>	<b>3.853</b>
<b>Lucro por ação</b>							
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)		0,16770	0,28222	0,44992	0,15036	0,25706	0,40742

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**(i) Ativo financeiro de concessão**

A Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro de concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes, quando aplicável.

**(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

**(iii) Tributos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

**(iv) Imobilizado e Intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro de concessão, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(v) Patrimônio líquido**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

<b>Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>16.448</b>	<b>12.003</b>
Ativo financeiro de concessão (ICPC 01 (R1))	(37.781)	(35.573)
Imobilizado, intangível e investimentos (ICPC 01 (R1))	28.566	29.522
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	4.230	3.979
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1))	1.360	1.281
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>12.823</b>	<b>11.212</b>

**(vi) Receita bruta**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

**(vii) Tributos e encargos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso referentes ao PIS e COFINS diferidos.

**(viii) Custos operacionais**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CSLL diferidos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(x) Lucro líquido do exercício**

<b>Conciliação do lucro líquido societário e regulatório</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>4.518</b>	<b>3.853</b>
Receita bruta (ICPC 01 (R1))	(2.207)	(511)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1))	79	26
Depreciação e amortização (ICPC 01 (R1))	(897)	(903)
Custos operacionais - Materiais (ICPC 01 (R1))	(60)	(1.064)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	251	21
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>1.684</b>	<b>1.422</b>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

\* \* \* \* \*

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Diretoria</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Marcus Pereira Aucélio	Diretor sem denominação específica
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação específica

**Wagner Rocha Dias**  
**Contador CRC RJ-112158/O-3**  
**CPF nº 778.993.777-49**